

() Graduação (X) Pós-Graduação

**COMPRAS PÚBLICAS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA O PAA E PNAE:
Uma Revisão da literatura**

Saira Adrielly da Costa Tinoco
PPGCC – ESAN - UFMS
saira.adrielly@ufms.br

Adriano Marcos Rodrigues Figueiredo
PPGCC – ESAN - UFMS
adriano.figueiredo@ufms.br

RESUMO

O artigo tem como objetivo analisar as políticas públicas de aquisição de alimentos da agricultura familiar. Por meio da revisão da literatura procurou-se organizar as contribuições, desafios e iniciativas e assim subsidiar os formuladores de políticas públicas com novos olhares para a agricultura familiar. Com buscas no Portal de Periódicos da CAPES, usando descritores como “compras públicas”, “agricultura familiar”, “PAA” e “PNAE”, e após a análise dos títulos, palavras-chaves e dos resumos, foram selecionados 20 artigos. Este estudo torna-se relevante, pois em 2023, o (PNAE) atendeu cerca 39.806.832 estudantes de Educação Básica da Rede Estadual, Distrital e Municipal, já na Rede Federal foram 358.700 estudantes. O (PAA) atendeu 9565 entidades socioassistenciais. Os resultados do estudo foram que, sob a ótica dos entrevistados avaliam os programas como favorável em comparação à comercialização de suas culturas, fortalecimento da agricultura familiar, acesso a alimentos saudáveis. Por outro lado, reforçam falhas na elaboração das chamadas públicas e diminuição dos orçamentos para os programas nos últimos anos. Nas iniciativas destacam o fortalecimento das cooperativas e associações, único ponto de recebimento, periodicidade das entregas. Elaboração de cardápios de acordo com a sazonalidade do produto local.

Palavras-chave: Compras públicas; Agricultura familiar; PPA; PNAE.

1 INTRODUÇÃO

As políticas públicas são os planos, os programas e as ações governamentais destinados a solucionar problemas e atender as demandas dos cidadãos, garantindo os direitos fundamentais estabelecidos na legislação. Figueiredo (2020) define políticas como públicas aquelas elaboradas pelo setor público e que buscam atender a uma necessidade (ou um objetivo) social.

A formulação de políticas públicas reside no processo de definição de problemas, por meio do qual o debate é estruturado, podendo chamar a atenção dos tomadores de decisão (CAPELLA, 2018). A Agricultura familiar é reconhecida pelo potencial socioeconômico e ambiental, e passou a ser vista como uma alternativa ao desenvolvimento sustentável necessitando de políticas públicas (BATISTA et al., 2016).

Segundo Zamban (2019), as políticas públicas voltadas à agricultura familiar, como o Programa Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), são exemplos de estratégias em busca do desenvolvimento rural sustentável demonstrando de que forma a ação governamental pode agir para amenizar o empobrecimento e a insegurança alimentar. De acordo com o Decreto nº 9.064/2017 compreende-se a Unidade Familiar de Produção Agrária como o “[...] conjunto de indivíduos composto por família que explore uma combinação de fatores de produção, com a finalidade de atender à própria subsistência e à demanda da sociedade por alimentos e por outros bens e serviços [...]”.

Para Abramovay (2007), a agricultura familiar diversificou-se e os instrumentos utilizados até os anos 1990 não são mais adequados. As políticas públicas (intervenção pública) devem estimular uma agricultura de qualidade, preservação do meio ambiente e através dos produtos exprimir a própria cultura da localidade.

Nesse sentido, para Triches (2012), a Lei Federal 11.947 de 16.06.2009, que trata da alimentação escolar, passa a ser um marco nas políticas públicas relativas à Segurança Alimentar. Em primeiro lugar, porque torna obrigatória a utilização de no mínimo 30% do valor disponibilizado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) às Entidades Executoras na aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para o Programa de Alimentação Escolar (PAE); e, em segundo lugar, porque é uma inovação no que diz respeito à legislação das aquisições públicas.

Na mesma lei, em seu artigo 2º, item V, trata como diretrizes da alimentação escolar.

[...] o apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzidos em âmbito local e

preferencialmente pela agricultura familiar e pelos empreendedores familiares rurais, priorizando as comunidades tradicionais indígenas e de remanescentes de quilombos.

Esta revisão dentro das temáticas compras públicas e agricultura familiar (AA) busca entender: quais as contribuições e desafios da aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para o PAA e PNAE?

Portanto, o objetivo geral deste estudo é analisar as políticas públicas de aquisição de alimentos dos agricultores familiares. Especificamente, busca-se identificar as contribuições, os desafios e iniciativas da agricultura familiar a partir das pesquisas publicadas sobre o tema. Espera-se que este estudo favoreça o estoque de conhecimento sobre o tema ao organizar estas contribuições, desafios e iniciativas e assim subsidiar os formuladores de políticas públicas com novos olhares para a agricultura familiar.

Além desta introdução o presente trabalho está estruturado em mais quatro seções. O Referencial Teórico traz embasamentos e conceitos. A Metodologia com o detalhamento dos procedimentos da revisão da literatura adotada. Posteriormente, apresentam-se os resultados e discussões do estudo. Na última seção têm-se as considerações finais adicionadas as limitações e sugestões para pesquisas futuras.

2 REVISÃO DA LITERATURA

Este capítulo traz um detalhamento do que é a agricultura familiar, do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

2.1 AGRICULTURA FAMILIAR

De acordo com a Lei Federal 11.326 de 24.07.2009, o agricultor familiar ou empreendedor familiar rural é o produtor rural que:

- I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 04 (quatro) módulos fiscais;
- II - utilize predominantemente mão-de-/obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo;
- IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

O Decreto nº 9.064/2017 traz a definição de módulo fiscal como unidade de medida

agrária para classificação fundiária do imóvel, expressa em hectares, a qual poderá variar conforme o Município, calculada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA;

Segundo Zamban (2019) a agricultura familiar e campesinato estão, por instância, diretamente ligados às visões de mundo sociais, econômicas e políticas, conectados à construção de uma sociedade onde a relação homem/natureza seja levada em consideração e valorizada.

2.2 POLÍTICAS DE COMPRAS DE ALIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR

Duas políticas principais de compras de alimentos da AA podem ser mencionadas: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA); e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

2.2.1 Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)

O PAA foi criado pela Lei nº 10.696/03, alterada pela Lei nº 12.412/11. Com o Decreto 7.775/12 foi estabelecida a modalidade PAA- Compra Institucional. Contudo, somente em 2015 com o Decreto nº 8.473/15 tornou-se obrigatória a modalidade para a administração pública federal.

Para Mattei (2007), com o PAA, criou-se um marco jurídico que possibilitaria maior presença do Estado no apoio aos processos de comercialização da produção dos agricultores familiares, contribuindo para a sua sustentabilidade e para a distribuição a grupos de pessoas em insegurança alimentar. Segundo Pitaluga e Le Bourlegat (2022), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) nasceu com duas finalidades básicas: promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar.

O PAA foi inovador ao permitir que aspectos organizacionais, associativos, sejam estimulados assim como ao permitir produtos atípicos no que diz respeito à armazenagem e distribuição, como é o caso de rapaduras, doces de banana, entre outros exemplos possíveis, os quais não são de fácil armazenagem no sistema convencional de armazenagem pública e mesmo privada. Tais produtos derivados da agricultura familiar são importantes para a agregação de valor, aproveitamento do capital humano (capacidades culturais dos familiares), bem como da criação de produtos turísticos e outros nichos alternativos para a agricultura

familiar (MELLO e FIGUEIREDO, 2012).

Para (Perin et al, 2021) a organização burocrática fomentada pelo PAA criou condições para que as famílias produtoras tivessem acessos a outros programas públicos como os de crédito rural e o PNAE.

De acordo com o Balanço do PAA em 2023 (MDS), Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, foram investidos 1bilhão de reais, 163.675 toneladas de alimentos, 81.707 agricultores familiares fornecedores e cerca de 9.565 entidades socioassistenciais atendidas.

2.2.2 Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)

O PNAE surgiu em 1955, com o Decreto nº 37.106, denominado como a Campanha da Merenda Escolar. Em 2009, foi sancionada a Lei nº 11.947 que estabeleceu regras para o PNAE. Em seu artigo 12º, tratou da alimentação e nutrição, incluindo o respeito à cultura e à tradição alimentar local. Em seu artigo 14º, definiu que 30% das compras sejam feitas de produtores da agricultura familiar.

Para Conceição (2022), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), popularmente apelidado como programa da merenda escolar, se constitui como um importante instrumento de conexão entre agricultores familiares e consumidores, o que incentiva a produção local de alimentos, bem como a geração de renda para as famílias.

Considerada uma das políticas públicas mais antigas do Brasil, a merenda escolar destaca o quão necessário é o constante investimento e fiscalização para que cada vez mais estudantes possam continuar sendo contemplados (FERREIRA et al., 2019).

Segundo Triches (2012), o PNAE passa a ser discutido como um instrumento em potencial capaz de promover hábitos alimentares adequados na escola e educar as futuras gerações para a manutenção dessas práticas, passando a ser encarado como política de saúde pública.

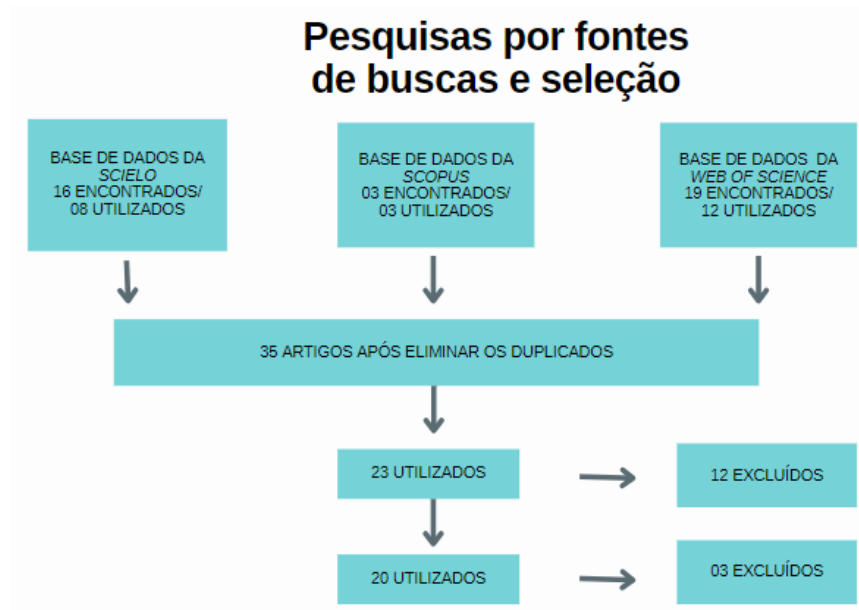
De acordo com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), a quantidade de estudantes de Educação Básica das Redes Estadual, Distrital e Municipal em 2023 foi de 39.806.832 e o valor repassado 5.265.605.761,98. Em relação, a quantidade de estudantes de Educação Básica da Rede Federal em 2023 foi de 358.700 e Recursos Financeiros Federais do PNAE pagos 37.369.391,92.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo apresenta a estrutura metodológica para a execução da etapa de revisão sistemática da literatura sobre os estudos relativos às compras públicas da agricultura familiar para o PAA e PNAE. Como estratégias metodológicas foram utilizados procedimentos para a revisão bibliográfica, de acordo com Gil (2002), além dos livros outras fontes bibliográficas são utilizadas para a pesquisa bibliográfica como: obras de referências, teses e dissertações, periódicos científicos entre outros. Segundo o autor, especialistas e pessoas que realizaram estudos na área podem fornecer informações sobre o que já foi publicado.

Para o levantamento de artigos utilizou-se por meio de buscas formadas por palavras-chave na base de dados *Google Acadêmico*, as *strings* de busca foram submetidas nas principais bases, foi utilizado o Portal de Periódicos Capes através do CAFe, e base de dados SciELO, *Scopus*, e *Web of Science* a partir dos descritores: “Compras Públicas” OR “Compras Institucionais” AND “Agricultura Familiar” OR “Programa Nacional de Alimentação Escolar” OR “Programa de Alimentação Escolar” com uso de operadores booleano AND e OR. Foram realizadas buscas em outras bases de dados, como IEEE, contudo não apresentaram resultados. As buscas foram realizadas durante o mês de março e abril de 2024, sem limitação temporal, e seguiram os seguintes passos: 1) identificação da bibliografia; 2) seleção dos artigos através do resumo e objetivo; 3) leitura integral dos trabalhos; 4) fichamento; 5) discussão e conclusão. Os artigos duplicados foram contabilizados somente uma vez. O estudo seguiu as recomendações do *Preferred Reporting Items for Systematic reviews and Meta-Analyses* (PRISMA).

Foi realizado o protocolo de verificação das *strings* encontradas preferencialmente em Títulos, resumos e palavras-chave e verificados como critério de inclusão e exclusão. Na Figura 01 apresenta o fluxograma de seleção dos artigos para a revisão da literatura.

Figura 01. Fluxograma da seleção dos artigos

Fonte: Elaboração Própria

No Quadro 01 mostra a organização e a classificação dos artigos, de acordo com o Título, autores, ano e objetivo, foram selecionados 20 trabalhos, que estão relacionados ao tema. Foram selecionados todos os artigos que possuem no título, no resumo ou nas palavras-chave os descritores escolhidos.

Quadro 1. Organização e classificação dos artigos

Nº	Título	Autores	Ano	Palavras-chave
01	Food Sovereignty and Fome Zero: Connecting Public Food Procurement Programmes to Sustainable Rural Development in Brazil	Wittman, H ; Blesh, J	2017	Soberania alimentar; procuração pública; alimentação escolar caseira; agroecologia; reforma agrária
02	The Food Acquisition Program (PAA) as a strategy to face the challenges of COVID-19	Sambuichi et al.	2020	COVID 19; segurança alimentar e nutricional; populações vulneráveis; impacto econômico; Programa de Aquisição de Alimentos
03	Agrobiodiversity and Public Food Procurement Programs in Brazil: Influence of Local Stakeholders in Configuring Green Mediated Markets	Resque, et al.	2019	Transição agroecológica; agrobiodiversidade; serviços ecossistemas; programas públicos de alimentos; mercados mediados
04	The perception of family farmers of Programa Aquisicao Alimentos (PAA) on the meaning of being part of PAA and their understanding of concepts related to food, nutrition and health	Batista, et al.	2016	Políticas públicas Agricultura Familiar; Programa de Aquisição de Alimentos; Segurança Alimentar e Nutricional
05	Organic foods from family farms in the National School Food Program: Perspectives of social actors from Santa Catarina, Brazil	Silverio, GD ; de Sousa, AA	2014	Agricultura; Análise de conteúdo; Alimentos orgânicos; Alimentação escolar; Programa de Nutrição; Profissionais; Experiência
06	Products purchased from family farming for school meals in the cities of Rio Grande do Sul	Ferigollo, et al.	2017	Nutrição, Comida
07	Public policies and social reproduction strategies - PAA for women in the Northeast and North of Brazil	da Mota, DM; Schmitz, H; Guimaraes, JF	2020	Colecionadores de Mangabá; Agricultoras Pontal; Trevo de Belterra
08	Entre Chicotes e Cenouras Orgânicas: Coerção e Cooperação na Implementação de Compras da Agricultura Familiar no âmbito do Pnae	Bonduki, M; Palotti, P	2021	Relações intergovernamentais; descentralização; coordenação governamental; Refeições escolares; agricultura familiar
09	The PNAE (National School Feeding Program) activity system and its mediations	Da Silva, EA; Pedrozo, EA; Da Silva, TN	2023	Amazonas; Bater Papo; ação mediada; políticas públicas; PNAE; Teoria da Atividade Histórica
10	National School Feeding Program (PNAE): A Public Policy That Promotes a Learning Framework and a More Sustainable Food System in Rio Grande do Sul, Brazil	da Silva, EA; Pedrozo, EA; da Silva, TN	2023	Aprendizado; economia política; PNAE; políticas públicas; sistema alimentar
11	Institutional purchase of family farm products: Evaluating the execution of the Food Acquisition Program by federal universities	Salgado et al.	2022	Agricultura familiar; compra institucional; compras públicas; agricultura familiar; mercados institucionais; compras institucionais; mercados institucionais; compras públicas
12	The nutrition decade, the public policy for food security, and public purchases from family farming in Brazil	Bocchi, et al.	2019	Brasil; Segurança alimentar e nutricional; Dieta saudável; Colaboração intersetorial; Alimentação escolar

13	Efeitos de políticas de compras institucionais sobre a organizações de produtores familiares no Vale do Ribeira	Chiodi, et al.	2022	agricultura familiar; cooperativismo; mercado
14	Contribuição de três organizações para a comercialização da agricultura familiar no PNAE, no território sul litorâneo do Espírito Santo	Cruz, et al.	2019	novos mercados; compras institucionais; alimentação escolar; políticas públicas
15	Agricultura familiar e alimentação escolar: desafios para o acesso aos mercados institucionais em três municípios mineiros	Assis, et al.	2019	agricultura familiar; mercados institucionais; alimentação escolar; Minas Gerais; políticas públicas
16	Avaliação comparativa dos impactos do programa de aquisição de alimentos e do programa nacional de alimentação escolar em Ubá, Minas Gerais, Brasil	Oliveira, et al.	2017	agricultura familiar; Programa de Aquisição de Alimentos; Programa Nacional de Alimentação Escolar
17	Indicadores de Avaliação das Compras da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar no Paraná, Santa Catarina e São Paulo	Baccarin, et al.	2017	Agricultura familiar; compras públicas; alimentação escolar; mercados institucionais; abastecimento.
18	Institucionalização de Compras Públicas Sustentáveis: Uma Análise da Experiência do Governo de Minas Gerais	Mendonça, et al.	2017	Compras Públicas; Sustentabilidade; Gestão Pública; Institucionalismo
19	Antecedentes e elementos da vinculação do programa de alimentação escolar do Brasil com a agricultura familiar	Schwartzman, et al.	2017	Alimentação Escolar; Segurança Alimentar e Nutricional; Agricultura; Desenvolvimento Local
20	Perception of the operating agents about the Brazilian National School Feeding Program	Ferreira, et al.	2019	Alimentação escolar; Programas e Políticas de Nutrição e Alimentação; Equipes de Administração Institucional; Nutrição em Saúde Pública

Fonte: Elaboração Própria

Foram identificados 38 artigos, sendo 3 excluídos por duplicidades. Eliminou-se 1 artigo não disponível gratuitamente, bem como os que não contemplavam a temática. Dessa forma 20 artigos foram selecionados e possuem data de publicação entre os anos 2014 e 2023, não houve recorte temporal na busca, os principais estados que os estudos foram realizados são Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo.

4 DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Este capítulo trará as contribuições encontradas na revisão sistemática, os desafios e as perspectivas de recomendações e iniciativas.

4.1 AS CONTRIBUIÇÕES DO PNAE E PAA

Dessa forma, Wittman e Blesh (2017) discorrem sobre um estudo realizado em Mato

Grosso com beneficiários da reforma agrária que formam os mercados mediados para produzir alimentos para o PAA e PNAE. Os agricultores do estudo consideraram a participação dos programas PAA e PNAE como favorável em comparação à comercialização de suas culturas, pois viam a produção contribuir para a soberania e segurança alimentar (BACCARIN et al., 2017).

Igualmente, Sambuichi et al. (2020) consideraram o importante papel do PAA no acesso a alimentos saudáveis melhorando a qualidade da alimentação de pessoas em situação de risco alimentar (FERREIRA et al., 2019). Semelhante, Batista et al. (2016) pela perspectiva dos agricultores familiares do município de Ubá (MG), vêm com satisfação o PAA, pela melhora da renda, na agricultura, na saúde e na alimentação em geral. Para eles o programa proporciona segurança quanto ao pagamento pela comercialização. Sob o ponto de vista Ferigollo et al. (2017) que ressaltou a importância da compra de produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar devido a maior oferta de alimentos *in natura* ou minimamente processados, corroborando com Silva et al. (2023). De acordo com, Mota et al. (2020) para os dois grupos de objeto de estudo: as catadoras de mangaba da localidade Pontal e as agricultoras do Trevo de Belterra o PAA é considerado um programa relevante e diferenciado, porque valoriza os produtos locais, a família e o trabalho das mulheres. Para Bocchi et al (2019), o PAA e PNAE são exemplos bem-sucedidos de políticas públicas que contribuem para o fortalecimento da agricultura familiar e a promoção da alimentação saudável. Segundo Chiodi et al. (2022), sob a perspectiva dos entrevistados da agricultura familiar da região do Vale do Ribeira-SP destacaram três vantagens do PNAE: melhor preço, garantia de recebimento e preço fixo/estável ao longo do ano. Do mesmo modo, para Assis et al. (2019), os programas estimularam a produção de alimentos que não eram cultivados, aumentando assim a diversificação dos produtos entregues na região.

Portanto, de acordo com o que foi abordado pelos autores nos estudos sobre as contribuições PAA e PNAE, que os programas são políticas públicas importante para o fortalecimento da agricultura familiar, desenvolvimento local e regional, contribuem para o acesso à alimentação saudável, hábitos saudáveis e aumentam a diversidade dos produtos entregues na região.

4.2 OS DESAFIOS DO PNAE E PAA

Por outro lado, Wittman e Blesh (2017) discutiram sobre os desafios considerados

pelos agricultores dos assentamentos de Mato Grosso um deles é a recusa para alteração dos cardápios escolares aprovados pelo nutricionista escolar, levando em consideração a disponibilidade sazonal dos produtos locais (BACCARIN et al., 2017). Atribuíram a má qualidade dos produtos à falta de infraestrutura e más condições das estradas, os custos de transação também foram citados.

Para Sambuichi et al. (2020) por meio de análise quantitativa mostrou uma tendência acentuada de redução do volume de recursos aplicados no PAA nos últimos anos. Assim também, Resque et al. (2019) apresentaram que apesar do potencial desses programas para apoiar o desenvolvimento rural local, ainda gera muita incerteza sobre a sua continuidade, devido à instabilidade política em nível nacional, corroborando com Wittman e Blesh (2017) que cita o PAA como “um programa, não uma política”, dependendo das prioridades orçamentárias do governo federal. Para Mota et al. (2020) o programa deixou de ser prioridade desde 2016, com redução de recursos.

De acordo com Batista et al. (2016), pela perspectiva dos agricultores familiares do município de Ubá (MG), como problema relaram o atraso no pagamento nas primeiras entregas, devido as burocracias nos repasses, e o valor da cota de pagamento que limita a comercialização para cada agricultor familiar por ano ao programa, foi citado também como uma das principais dificuldades a falta de sintonia entre o calendário do programa e a sazonalidade da produção, corroborando com (WITTMAN E BLESCH, 2017; FERIGOLLO et al., 2017).

Dessa maneira, Silverio e Souza (2014), analisaram pela perspectiva dos atores sociais de Santa Catarina sobre a aquisição de alimentos orgânicos da agricultura familiar para o PNAE e constataram como desafio a falta de certificação dos produtos dos pequenos agricultores.

Além disso, para Salgado et al. (2022), os itens fracassados ou atendimento parcial demonstram uma inexperiência das instituições com chamadas públicas, não refletindo na produção local da agricultura familiar. Nesse sentido, Assis et al. (2019) encontraram como desafios para os agricultores familiares a participação das chamadas públicas, em relação à documentação, falta de informações como periodicidade, seleção de propostas pelo menor preço.

Diante disso, Baccarin et al. (2017) apresentaram que “os preços não podem ser objeto de disputa entre os agricultores familiares, devendo ser previamente fixados,” os autores relataram também que as compras diretas de produtos da agricultura familiar de origem da

pecuária são dificultadas pelas barreiras sanitárias e tecnológicas, ovos e mel são mais facilitadas as aquisições. De acordo com Ferreira et al. (2019), foi observado que o número insuficiente de nutricionistas, associado ao percentual insuficiente de compras.

Em suma, os desafios encontrados pelos autores nos estudos sobre PAA e PNAE, são vários dentre os quais se destacam é a dificuldade no alinhamento entre o cardápio escolar aprovado pelos nutricionistas e a disponibilidade sazonal dos produtos local, os editais das chamadas públicas tiveram destaque também, sugerindo uma falta de experiência pelas instituições, limitação das compras por agricultor familiar, bem como a redução do orçamento nos últimos anos.

4.3 PERSPECTIVAS DE RECOMENDAÇÕES E INICIATIVAS

Para Wittman e Blesh (2017) os programas de compras públicas de alimentos são o caminho para a soberania alimentar, com sustentabilidade e equidade social, contudo os problemas precisam ser resolvidos para que os programas sejam considerados uma solução viável para as crises alimentares globais. Nesse sentido, Sambuichi et al. (2020), recomendam-se que sejam disponibilizados recursos adicionais, iguais ou superiores, nos anos subsequentes, para minimizar os impactos após a pandemia da Covid-19.

Como também, Resque et al. (2019) citam alguns elementos que poderiam melhorar o programa como: fortalecimento das cooperativas, inclusão de mais agricultores, e estabelecimento de uma organização para coordenar as instituições direta e indiretamente aos programas. De acordo com, Silva et al. (2023), algumas cooperativas desenvolveram agroindústria de polpas de frutas, iogurte e pães, contribuindo para a promoção do desenvolvimento local alinhado à redução da pobreza. Igualmente, Chioi et al. (2022) indicaram uma compreensão pelas entrevistas de que a cooperativa é um canal de comercialização melhor que o mercado convencional.

Em contrapartida, nos achados de Cruz e Assis (2018), estudo realizado no sul litorâneo do Espírito Santo, alguns agricultores revelaram que há valor a ser repassado aos agricultores para cobrir seus gastos de manutenção e administração e que algumas cooperativas privilegiam os agricultores do município de sua sede. Outro grupo pesquisado foi o grupo informal onde os agricultores familiares participam diretamente das decisões com a entidade executora, contudo há uma restrição de mercados, limitado apenas ao mercado local. Outro grupo de estudo foi o das associações que cobram uma taxa de administração de

aproximadamente 3% sobre o valor das vendas, para que um representante possa resolver os assuntos relacionados aos programas.

Dessa maneira, Silva² et al. (2023) a partir de estudo de casos múltiplos e entrevistas semiestruturadas como estratégia para analisar os aprendizados do PNAE que contribuíram para o desenvolvimento de um sistema alimentar sustentável no estado do Rio Grande do Sul, foram identificadas cooperativas que atendem o PNAE com mais de 700 cooperados que atuam na produção orgânica no município de Erechim, já no município de Santa Maria as cooperativas uniram-se e criaram uma associação de cooperativas tornaram-se mais competitivas nas licitações públicas fortalecendo o desenvolvimento local. Na região de Rio Pardo o município era grande produtor de fumo e passou a ter maior participação da agricultura familiar 2013.

Corroborando com os achados, destacando que na região Sul as áreas rurais têm uma trajetória no cooperativismo da agricultura familiar (SALGADO et al., 2022). Neste estudo, anteriormente citado, foram avaliadas as compras institucionais de produtos da agricultura familiar pelas universidades federais e foi apurado, com relação aos aspectos logísticos, a entrega em uma única unidade de recebimento, restaurante universitário, e em relação à periodicidade a semanal foi a mais encontrada para produtos perecíveis e para os produtos não perecíveis ou semiperecíveis a frequência das entrega quinzenal ou mensal, dessa maneira os agricultores conseguem se planejarem por questões logísticas e as universidades se organizam com as questões de armazenamento.

Enquanto, Silverio e Souza (2014), sugeriram a avaliar as vantagens do aumento da quantidade de produtos orgânicos da agricultura familiar na alimentação escolar.

Conforme, Assis et al. (2019), para atender a regularidade da produção da agricultura familiar, no município de Lavras – MG, a Emater elaborou uma lista com os produtos e as épocas em que são produzidas, como forma de fortalecer a agricultura familiar e o mercado local. E quanto a logística uma associação optou por contratar um frete terceirizado para a entrega dos produtos. Para Baccarin et al. (2017) mais agricultores familiares poderiam ser contemplados se fosse mais do que 30% dos repasses se não tivesse o limite de R\$ 20.000,00 ao ano para cada agricultor familiar.

Segundo Schwartzman et al. (2017), o Brasil em decorrência dos avanços implementados pelos programas de aquisição de alimentação escolar é tido como referência, e outros países aprovaram leis ou estão avançando nas discussões para aquisição de alimentação escolar com previsão de compra direta da agricultura familiar.

Mediante o exposto são vários exemplos e iniciativas identificadas pelos autores, tais como o fortalecimento das cooperativas e associações, único ponto de recebimento e periodicidade das entregas semanal para produtos perecíveis e quinzenal ou mensal para os outros produtos, dessa maneira os agricultores se planejam com os aspectos logísticos e as instituições com a questão do armazenamento. Para minimizar os impactos das questões logísticas uma associação contratou uma empresa de frete terceirizada, em outro caso o município fazia as coletas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho foi demonstrada a relevância das temáticas compras públicas e agricultura familiar, o PAA e PNAE contribuem para fortalecimento da agricultura familiar e desenvolvimento regional e local, proporcionando a aquisição de alimentos saudáveis para a soberania alimentar e nutricional. Sob a perspectivas dos agricultores alguns destacaram três vantagens: melhor preço, garantia de recebimento e preço fixo/estável ao longo do ano.

Os programas de aquisição fomentam a organização de produtores rurais, em diversas regiões, com destaque para o estado do Rio Grande do Sul, na região de Erechim e Santa Maria o intercooperativismo entre as cooperativas promoveu o desenvolvimento regional. Os maiores desafios encontrados nos estudos sob a perspectivas dos agricultores foram os aspectos relacionados a recusa para alteração dos cardápios escolares, devido a disponibilidade sazonal e os produtos locais, relacionados à logística, a burocracia, a falta de informações como periodicidade e não fixação dos preços nas chamadas públicas. O Brasil é referência para outros países, devido aos avanços nas aquisições de alimentos da agricultura familiar, exportando o modelo para outros países, contudo essas políticas públicas precisam ser constantemente avaliadas para que todos possam usufruir de uma política efetiva que atendam a todos de maneira eficaz e eficiente. Como limitações desta pesquisa estão os descritores que foram utilizados na busca e como recomendação estudos necessários para evidenciar o percentual de aplicação dos recursos do PNAE na agricultura familiar na região do Centro-Oeste, Norte e Nordeste, devido ao baixo número de publicações encontrado (OLIVEIRA et al., 2021).

REFERÊNCIAS

Abramovay, Ricardo. (2007). *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. 3. Ed.- São

Paulo: Edusp.

Alves Da Silva E, Pedrozo EA and Nunes Da Silva T (2023), The PNAE (National School Feeding Program) activity system and its mediations. *Front. Environ. Sci.* 10:981932. doi: 10.3389/fenvs.2022.981932.

Assis, T. R. de P., França, A. G. de M., & Coelho, A. de M.. (2019). Agricultura familiar e alimentação escolar: desafios para o acesso aos mercados institucionais em três municípios mineiros I. Este artigo resulta de pesquisa apoiada pela Fapemig. *Revista De Economia E Sociologia Rural*, 57(4), 577–593. <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2019.187826>.

Baccarin, J. G., Triches, R. M., Teo, C. R. P. A., & Silva, D. B. P. da .. (2017). Indicadores de Avaliação das Compras da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar no Paraná, Santa Catarina e São Paulo. *Revista De Economia E Sociologia Rural*, 55(1), 103–122. <https://doi.org/10.1590/1234-56781806-94790550106>.

Batista, L. M. G., Ribeiro, S. M. R., Santos, R. H. S., Araújo, R. M. A., Ribeiro, A. Q., Priore, S. E., Lúcia, C. M. D., Lana, R. de P., & Gasparoni, G. P. (2016). Percepção de agricultores familiares do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) sobre o significado de fazer parte do PAA e a sua compreensão sobre conceitos relacionados à alimentação, nutrição e saúde. *Saúde E Sociedade*, 25(2), 494–504. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902016150258>.

Bocchi CP, Magalhães ES, Rahal L, Gentil P, Gonçalves RS. A década da nutrição, a política de segurança alimentar e nutricional e as compras públicas da agricultura familiar no Brasil. *Rev Panam Salud Publica.* 2019;43:e84. <https://doi.org/10.26633/RPSP.2019.84>.

Bonduki, M., & Palotti, P.. (2021). Entre Chicotes e Cenouras Orgânicas: Coerção e Cooperação na Implementação das Compras da Agricultura Familiar no Âmbito do Pnae . *Dados*, 64(4), e20190209. <https://doi.org/10.1590/dados.2021.64.4.251>

BRASIL. Decreto nº 9.064, de 31 de maio de 2017. Dispõe sobre a Unidade Familiar de Produção Agrária, institui o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar e regulamenta a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e empreendimentos familiares rurais.

BRASIL. Decreto nº 37.106, de 31 de março de 1955. Institui a companhia da Merenda Escolar.

BRASIL. Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003. BRASIL. Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências.

BRASIL. Lei n.º 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis n.º 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei no 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2009.

BRASIL. Lei n.º 12.412, de 31 de maio de 2011. Dispõe sobre o Quadro de Pessoal e a Estrutura Organizacional do Conselho Nacional do Ministério Público e dá outras

providências.

Capella, A.C.N. (2018). *Formulação de políticas públicas*. Brasília: Enap, 2018. 151 p. Disponível em: https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/3332/1/Livro_Formula%C3%A7%C3%A3o%20de%20pol%C3%ADticas%20p%C3%ABlicas.pdf. Acesso em 18.10.2023.

Chiodi, R. E., de Almeida, G. F., & Assis, L. H. B.. (2022). Efeitos de políticas de compras institucionais sobre a organização de produtores familiares no Vale do Ribeira. *Revista De Economia E Sociologia Rural*, 60(3), e230363. <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2021.230363>.

Conceição, C. A. da, & Edmilson Fabrini, J. (2023). O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE) NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE MATO GROSSO DO SUL NO PERÍODO DE 2011 a 2017. *Revista Eletrônica Da Associação Dos Geógrafos Brasileiros, Seção Três Lagoas*, 1(36), 86-112. <https://doi.org/10.55028/agt.v1i36.15767>.

Cruz, S. F. da ., & Assis, T. R. de P.. (2019). Contribuições de três organizações para a comercialização da agricultura familiar no PNAE, no território sul litorâneo do Espírito Santo. *Interações (campo Grande)*, 20(3), 737-752. <https://doi.org/10.20435/inter.v20i3.2063>.

Ferigollo, D., Kirsten, V. R., Heckler, D., Figueredo, O. A. T., Perez-Cassarino, J., & Triches, R. M.. (2017). Products purchased from family farming for school meals in the cities of Rio Grande do Sul. *Revista De Saúde Pública*, 51, 6. <https://doi.org/10.1590/S1518-8787.2017051006648>.

Ferreira, Daniele Mendonça et al. Perception of the operating agents about the Brazilian National School Feeding Program. *Revista de Saúde Pública* [online]. 2019, v. 53 [Accessed 14 April 2024] , 34. Available from: <<https://doi.org/10.11606/S1518-8787.2019053000597>>. Epub 01 Apr 2019. ISSN 1518-8787. <https://doi.org/10.11606/S1518-8787.2019053000597>.

Figueiredo, A.M.R. Políticas públicas, sustentabilidade e agronegócios: conceitos iniciais. Campo Grande-MS, 2020.

FNDE. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Repasses Financeiros por Entidade Executora. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae/consultas/repasses-financeiros-por-entidade-executora/pnae-repasses-financeiros>. Acesso em 13 abr. 2024.

Gil, A. C. (2002). *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. Ed - São Paulo: Atlas S/A, 2002.

L. Resque AG, Coudel E, Piketty MG, Cialdella N, Sá T, Piraux M, Assis W, Le Page C. Programas de agrobiodiversidade e compras públicas de alimentos no Brasil: influência das partes interessadas locais na configuração de mercados mediados verdes. *Sustentabilidade* . 2019; 11(5):1425. <https://doi.org/10.3390/su11051425>.

Mattei, L. (2007). Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA):

anteriores, concepção e composição geral do programa. **Cadernos do CEAM**, 7(27), 33-44.

Mello, G., & Figueiredo, A. (2012). O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em Cuiabá-MT na Ótica da Nova Economia Institucional. *Novos Cadernos NAEA*, 15(1). doi:<http://dx.doi.org/10.5801/ncn.v15i1.10831>.

Mendonça, R. A. M., Cruz, M. V. G. da ., Teodosio, A. dos S. de S., & Raso, L. S. P. (2017). INSTITUCIONALIZAÇÃO DE COMPRAS PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS: UMA ANÁLISE DA EXPERIÊNCIA DO GOVERNO DE MINAS GERAIS1. *Read. Revista Eletrônica De Administração* (Porto Alegre), 23(3), 62–91. <https://doi.org/10.1590/1413-2311.161.61307>.

Mota, D., Schmitz, H., & Guimarães, J. (2020). Políticas públicas e estratégias de reprodução social: o PAA para mulheres no Nordeste e no Norte do Brasil. *Novos Cadernos NAEA*, 23(2). doi:<http://dx.doi.org/10.5801/ncn.v23i2.4192>.

Oliveira, CB de, Fagundes, AA, & Siqueira, RL de. (2021). Aquisição de alimentos da agricultura familiar para alimentação escolar segundo regiões brasileiras: uma revisão. *Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento*, 10 (3), e31610313346. <https://doi.org/10.33448/rsd-v10i3.13346>.

Oliveira, L. G. de ., Batalha, M. O., & Pettan, K. B.. (2017). Comparative assessment of the food purchase program and the national school feeding program's impact in Ubá, Minas Gerais, Brazil. *Ciência Rural*, 47(1), e20160395. <https://doi.org/10.1590/0103-8478cr20160395>.

Perin, G., de Almeida, C. S., Flávia, A., Spínola, P. A. C., Pella, A. F. C., & Sambuichi, R. H. R. (2021). A evolução do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): uma análise da sua trajetória de implementação, benefícios e desafios (No. 2691). *Texto para Discussão*.

Pitaluga, C. M., & Le Bourlegat, C. A. (2022). Abastecimento alimentar pela agricultura familiar aos mercados institucionais em Mato Grosso do Sul. **Retratos de Assentamentos**, 25(1), 69-93.

Salgado, R. J. S. F., Souza, W. J., & Ferreira, M. A. M. (2022). Compra institucional de produtos da agricultura familiar: avaliando a execução do Programa de Aquisição de Alimentos pelas universidades federais. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, 60(spe), e248030. <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2021.248030>.

Sambuichi, R. H. R., Almeida, A. F. C. S. de ., Perin, G., Spínola, P. A. C., & Pella, A. F. C.. (2020). O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) como estratégia de enfrentamento aos desafios da COVID-19. **Revista De Administração Pública**, 54(4), 1079–1096. <https://doi.org/10.1590/0034-761220200258>.

Schwartzman, Flavia et al. Antecedentes e elementos da vinculação do programa de alimentação escolar do Brasil com a agricultura familiar. *Cadernos de Saúde Pública* [online]. 2017, v. 33, n. 12 [Acessado 14 Abril 2024], e00099816. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0102-311X00099816>>. Epub 18 Dez 2017. ISSN 1678-4464. <https://doi.org/10.1590/0102-311X00099816>.

SECOM. Secretaria de Comunicação Social. <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2024/04/programa-de-aquisicao-de-alimentos-mulheres-sao-maioria-na-producao-e-na-inclusao-alimentar>. Acesso em 13 abr. 2024.

Silva EAd, Pedrozo EA, Silva TNd. Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE): uma política pública que promove um quadro de aprendizagem e um sistema alimentar mais sustentável no Rio Grande do Sul, Brasil. *Alimentos* . 2023; 12(19):3622. <https://doi.org/10.3390/foods12193622>.

Silva, EA; Pedrozo, EA; Silva, TN O sistema de atividades do PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) e suas mediações. *Frente. Meio Ambiente. Ciência*. 2023, 10 , 1–17.

Silverio, G. de A., & Sousa, A. A. de .. (2014). Organic foods from family farms in the National School Food Program: Perspectives of social actors from Santa Catarina, Brazil. *Revista De Nutrição*, 27(3), 289–300. <https://doi.org/10.1590/1415-52732014000300003>.

Triches, R. M. (2012). Reconnectando a produção ao consumo: a aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para o Programa de Alimentação Escolar.

Wittman, H. e Blesh, J. 2017) Soberania Alimentar e Fome Zero: Conectando Programas de Compras Públicas de Alimentos ao Desenvolvimento Rural Sustentável no Brasil. *Jornal de Mudança Agrária*, 17: 81-105 . doi: [10.1111/joac.12131](https://doi.org/10.1111/joac.12131).

Zamban, V. C. (2019). Contribuições dos programas governamentais de aquisição de alimentos para a agricultura familiar em São José das Palmeiras-Paraná.